



Projecto de Deliberação n.º 25/XIII/4ª

## **Declaração de Estado de Emergência Climática e compromisso para obtenção de neutralidade carbónica**

Considerando que:

1. As acções antropogénicas já causaram mudanças climáticas irreversíveis e os impactos já se sentem em todo o mundo. As temperaturas globais aumentaram 1 grau Celsius em comparação aos níveis pré-industriais. Os níveis atmosféricos de CO<sub>2</sub> estão acima de 400 partes por milhão (ppm), o que excede em muito os 350 ppm considerados seguros para a humanidade;
2. A fim de reduzir o risco de aquecimento global descontrolado e limitar os efeitos do colapso do clima, é imperativo que nós, como espécie, reduzamos as emissões de CO<sub>2</sub> eq (equivalentes de carbono) das suas actuais 6,5 toneladas por pessoa por ano para menos de 2 toneladas, o mais rapidamente possível<sup>1</sup>;
3. Não se pode esperar que os cidadãos concretizem essa redução por si só, é necessário que o Estado acompanhe através de políticas que fomentem a alteração de comportamentos aprovando legislação, fazendo uso da política fiscal, criando infra-estruturas, entre outras medidas.

---

<sup>1</sup> Fossil CO<sub>2</sub> & GHG emissions of all world countries, 2017:  
<http://edgar.jrc.ec.europa.eu/overview.php?v=CO2andGHG1970-2016&dst=GHGpc>

4. A administração pública tem o dever de limitar os impactos do aquecimento global e deve-se comprometer com o objectivo de atingir a neutralidade carbónica o mais rápido possível.

5. As emissões de carbono resultam da produção e do consumo;

6. Infelizmente, os nossos planos e acções actuais não são suficientes. O mundo está em risco de ultrapassar, antes de 2050, o limite do aumento de temperatura de 1,5 ° C previsto no Acordo de Paris<sup>2</sup> ;

7. O relatório de 2018 da Agência Internacional de Energia (AIE) revela que as emissões de CO<sub>2</sub> no mundo continuaram a aumentar em 2018, registando o ritmo de crescimento (1,7%) mais rápido dos últimos cinco anos<sup>3</sup>;

8. O Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre o Aquecimento Global, publicado no Outono de 2018, descreve o enorme dano que um aumento de 2 ° C é susceptível de causar em comparação com um aumento de 1,5 ° C, referindo que limitar o aquecimento global para 1,5 ° C ainda é possível desde que com acções ambiciosas dos Estados, da sociedade civil e do sector privado<sup>4</sup>.

9. As consequências de um aumento global temperatura acima de 1,5 ° C são tão severas que impedir que isso aconteça deve ser a prioridade número um da humanidade;

e,

---

<sup>2</sup> World Resources Institute: <https://www.wri.org/blog/2018/10/8-things-youneed-know-about-ipcc-15-c-report>

<sup>3</sup> <https://www.iea.org/geco/>

<sup>4</sup> The IPCC's Special Report on Global Warming of 1.5°C: <https://www.ipcc.ch/report/sr15/>

10. Uma acção climática arrojada pode gerar benefícios económicos através da criação de novos empregos e oportunidades de mercado, com a consequente melhoria da qualidade do ambiente e dos níveis de bem-estar das pessoas em todo o mundo.

11. O parlamento britânico aprovou em Abril do corrente ano uma moção que reconhece precisamente o estado de emergência climática, comprometendo-se com a priorização desta questão face a todas as restantes.

Assim, a Assembleia da República reunida em plenário, delibera:

1. Declare o estado de "emergência climática";
2. Se comprometa a fazer de tudo ao seu alcance para tornar o país neutro em carbono até 2030.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 13 de Maio de 2019.

O Deputado,  
André Silva.